

**Trabalho** Instituto adota nova metodologia e passa a contar trabalhadores subocupados e desalentados

# Mudança no emprego faz IBGE atualizar pesquisa

Vera Saavedra Durão  
e Ricardo Balthazar  
Do Rio e de São Paulo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai mexer na sua pesquisa mensal de emprego, principal levantamento disponível sobre o mercado de trabalho brasileiro. O instituto adotará duas novas categorias na classificação da força de trabalho, identificando subempregados e pessoas que, desencorajadas por uma conjuntura econômica desfavorável, desistiram temporariamente de procurar emprego.

A mudança tornará a pesquisa do instituto do governo um retrato mais sofisticado do mercado de trabalho, captando nuances que seus números não revelam hoje. Mas não haverá impacto sobre as taxas de desemprego, porque os subempregados serão contabilizados como parte do pessoal ocupado e os desencorajados, como parte dos inativos.

Hoje, o IBGE divide os trabalhadores em ocupados, desempregados e inativos. Com a nova pesquisa, serão consideradas subocupadas pessoas que trabalham menos horas do que gostariam e estão disponíveis para trabalhar mais. Serão classificadas como desencorajadas as que não trabalham nem procuram emprego há pelo menos um ano, mas estão prontas para voltar ao batente se as coisas melhorarem.

Na prática, o IBGE está incorporando à sua pesquisa, com sinal trocado, conceitos semelhantes aos adotados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que pesquisam o mercado de trabalho em São Paulo desde 1985.

Para a Seade e o Dieese, trabalhadores subocupados são desempregados ocultos por trabalho precário. São pessoas que estão sem emprego e vivem de bicos enquanto não acham algo melhor. Quem abandona temporariamente a procura de trabalho é considerado desempregado oculto pelo desalento pela pesquisa da Seade e do Dieese, e não inativo, como prefere o IBGE.

Os critérios do IBGE permitem que seus índices sejam comparados com estatísticas de outros países, porque seguem padrões recomendados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Se uma pessoa tem um bico e procura emprego ao mesmo tempo, a OIT recomenda que o trabalho exercido prevaleça na hora de definir a condição da pessoa.

Para a Seade e o Dieese, o problema é que esses critérios obscurecem aspectos importantes da realidade brasileira. Como só uma pequena parcela dos desempregados tem acesso ao seguro-desemprego no Brasil, fazer bicos ocasionais é muitas vezes apenas uma maneira que os desempregados encontram para financiar a procura de um novo emprego.

Há anos os três institutos debatem em público suas divergências metodológicas. A discussão costuma esquentar em momentos de crise, quando o desemprego aumenta e a distância entre os números chama mais atenção. Dois anos atrás, uma comissão criada pelo governo chegou a discutir as diferenças entre as pesquisas, mas foi extinta antes que se chegasse a uma conclusão.

Houve grandes transformações no mercado de trabalho desde que o IBGE começou a pesquisá-lo, há 18 anos, e muitas não foram captadas pelo instituto. Há

mais gente trabalhando sem carteira e sem proteção legal, muitos empregos migraram dos centros industriais para cidades menores, e o tempo que as pessoas levam para encontrar trabalho aumentou nos últimos tempos.

Medir essas transformações é um dos objetivos da nova pesquisa. "Nossa meta é produzir um retrato mais completo do mercado de trabalho", disse Martha Meyer, diretora de pesquisa do IBGE. Outro objetivo é responder a parte das críticas que têm sido feitas ao instituto. "As mudanças aproximam a pesquisa do IBGE da nossa", afirmou o diretor-executivo da Seade, Flavio Fava de Moraes.

Para identificar quem se enquadra nas novas categorias, o IBGE vai dobrar o tamanho do seu questionário, que passará a ter 65 perguntas. Os pesquisadores irão a campo pela primeira vez com o novo questionário em agosto e os primeiros resultados devem ser divulgados em outubro. O instituto também planeja ampliar a cobertura do seu levantamento.

A pesquisa do IBGE é feita hoje nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. No ano que vem, o instituto pretende estender seu alcance para outras capitais e cidades do interior com atividade econômica expressiva, como Campinas (SP) e Volta Redonda (RJ).

Levar a pesquisa para o interior sai caro, e o IBGE ainda não sabe como vai financiar o projeto. Se conseguir, pode ser que as taxas de desemprego caiam um pouco quando as cidades do interior entrarem na conta. "O desemprego está concentrado hoje nas grandes regiões metropolitanas", explica o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.